

26 FEV 1992

Apesar da resistência dos governadores a alguns pontos da política conduzida com firmeza pelo ministro Marcílio Marques Moreira, que comentamos no editorial acima, vão surgindo na economia sinais animadores, indicativos de que essa política está apresentando resultados e de que pode estar começando o período de compensações para os sofrimentos pelos quais a sociedade vem passando há muitos meses.

Ao mesmo tempo em que o governo anuncia que está concluindo o projeto que extingue a Sunab — um símbolo do intervencionismo estatal que, com a liberação da economia, se tornou um transtorno a mais dentro do aparelho do Estado —, a ação espontânea das forças do mercado vem produzindo quedas de preços. Essas quedas são particularmente auspiciosas por ocorrerem num segmento de forte influência nos índices de preços e que estava entre os principais responsáveis pela súbita alta da inflação no mês passado.

Os supermercados, como mostra reportagem publicada ontem pelo **Jornal da Tarde**, estão comemorando o fato de que muitas empresas formadoras de preços que atuam no segmento de alimentos industrializados não apenas contiveram seus reajustes como até passaram a oferecer descontos de 5% a 10% nas vendas ao comércio varejista. Entre as empresas que oferecem descontos estão algumas que no mês passado aumentaram seus preços em até 100%. A esses aumentos o comércio respondeu com a suspensão ou redução das encomendas, pois não poderia correr o risco de ficar com o produto encalhado nas prateleiras, visto que, com o desemprego e a redução do salário real provocados pela recessão, o consumidor não absorveria reajustes tão elevados. Essa reação foi entendida pela indústria.

O excesso de oferta de alguns produtos alimentícios está fazendo com que seus preços fiquem estáveis. Em alguns casos, como o do arroz e o da carne, os comerciantes chegam a oferecer descontos aos consumidores. Tanto no caso da indústria de alimentos como no

dos fabricantes de produtos de higiene e limpeza — segmentos com peso expressivo nos índices de preços —, os reajustes têm ficado abaixo da inflação. Isso ocorre até com produtos que lideram o mercado.

Esse comportamento dá força à política do ministro Marcílio Marques Moreira de rejeitar firmemente qualquer intervenção no mercado e de deixar que suas leis específicas produzam os resultados esperados. Mais cedo ou mais tarde, a retração dos negócios impõe a queda da inflação.

É provavelmente com essa expectativa que o governo acompanha as negociações entre as montadoras e a rede de distribuidores de veículos. Até há alguns dias, as montadoras vinham reajustando os preços supondo que o mercado absorveria os aumentos. O estoque existente nos pátios das montadoras e das revendedoras, porém, elevou-se para 59 mil unidades, obrigando fabricantes e comerciantes a negociarem uma saída aceitável pelo mercado. Se nem esse estoque, 30% maior do que o total das vendas ao mercado interno em janeiro, for suficiente para forçar a baixa dos preços, aí sim o governo vai agir, reduzindo a alíquota do imposto de importação dos veículos mais populares.

O governo vem demonstrando cautela nesse episódio. Sabe que, por causa do impacto da redução da produção de veículos no nível de atividade da economia, no nível de emprego e na receita pública, o problema precisa ser estudado com um cuidado que não se viu quando outros ministros quiseram dobrar todo o segmento automobilístico. A redução das alíquotas não tem por objetivo a destruição de segmentos da indústria, mas, num primeiro momento, a forçar a baixa da inflação e, depois, a estimular a modernização do sistema produtivo, com vistas a se atingir níveis maiores de produtividade e de qualidade.

Para o segmento automobilístico, o melhor seria que ele fosse o próximo a entender o comportamento do mercado.